

A desigualdade refreia a economia

Por **Martin Wolf**

Valor Econômico, 1.10.2014

Como a Suprema Corte dos EUA procura fazer a Constituição pender em benefício de plutocratas, surge um perigo para as premissas politicamente igualitárias da República. Na história, divergências em termos de riqueza e poder já provocaram um esvaziamento de repúblicas

Quando é que a crescente desigualdade deveria nos preocupar? Essa é uma questão moral, política e também econômica. É cada vez mais reconhecido que, além de um certo ponto, a desigualdade é uma fonte de grandes males econômicos.

Os EUA - a mais importante e, de longe, a mais desigual economia de alta renda no mundo - estão se constituindo em bancada de testes do impacto econômico da desigualdade. Os resultados são preocupantes.

Essa percepção já foi assumida até por instituições que normalmente não seriam acusadas de socialistas. Um relatório escrito pelo economista-chefe da Standard & Poor's, e outro do Morgan Stanley, concordam que a desigualdade não só está crescendo, como também produzindo efeitos nocivos na economia americana.

De acordo com o Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA), os 3% superiores da distribuição de renda receberam 30,5% do total das rendas em 2013. Os 7% seguintes receberam apenas 16,8%. Com isso, restou pouco mais de metade do total das rendas para os 90% restantes. Os 3% foram também o único grupo a ter desfrutado de uma participação crescente na renda desde o início da década de 1990. A partir de 2010, a renda familiar mediana caiu, enquanto a média aumentou.

A desigualdade continua crescendo. O estudo do Morgan Stanley lista entre as causas do aumento da desigualdade: a crescente proporção de empregos mal remunerados e postos de trabalho que deixam inseguros trabalhadores pouco qualificados; o crescente prêmio salarial que beneficia as pessoas com melhor escolaridade; e o fato de as políticas fiscais e orçamentárias serem menos redistributivas do que algumas décadas atrás.

Assim, em 2012, diz a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os EUA ficaram em primeiro lugar entre os países de alta renda, em termos de percentual de empregos relativamente mal remunerados. Além disso, as pessoas no quintil mais baixo da distribuição de renda receberam apenas 36% das transferências federais em 2010, ou seja, uma queda de 54% em relação a 1979.

Estima-se que os impostos regressivos incidentes sobre as folhas de pagamento - que custam aos pobres, proporcionalmente, mais do que aos ricos -, deverão crescer, passando a representar 32% da receita federal no ano fiscal de 2015, contra 46% no caso do imposto de renda federal, um ônus mais incidente sobre as pessoas que recebem maiores salários.

Também importantes são os enormes aumentos na remuneração relativa de executivos, bem como a "migração" da renda do trabalho para o capital. As

políticas do Fed também beneficiaram os relativamente bem de vida; o Fed está tentando elevar os preços dos ativos que são esmagadoramente propriedade dos ricos.

Esses relatórios destacam duas consequências econômicas da crescente desigualdade: fraca demanda e lento progresso na melhoria dos níveis educacionais.

O argumento sobre a demanda é que, até o momento da crise, muitos que não estavam desfrutando de aumentos na renda real tomavam empréstimos. A alta dos preços das casas tornou isso possível. No fim de 2007, o endividamento atingiu um pico de 135% das rendas disponíveis.

Então veio a debacle, e as pessoas de baixa renda têm sido obrigadas a gastar menos. A tomada de empréstimos oferecendo casas como garantia entrou em colapso. O resultado tem sido uma recuperação extremamente fraca do consumo.

Não faz sentido conceder empréstimos de maneira imprudente àqueles que não têm condições de honrar suas dívidas. Mas isso sugere que a economia não se aquecerá novamente sem uma redistribuição de renda em benefício das pessoas que gastam ou sem o surgimento de uma outra fonte de demanda. Infelizmente, não há nenhuma clareza sobre qual poderia ser essa fonte. Os gastos do governo estão limitados. O investimento das empresas está contido devido a um crescimento fraco potencial de demanda. É também pouco provável que a fonte esteja nas exportações líquidas: todo mundo também quer um crescimento puxado a exportações.

O nível de escolaridade americana também se deteriorou. É o único país de alta renda onde as pessoas na faixa de 25 a 34 anos não têm melhor formação educacional do que as entre 55 e 64 anos. Isso se deve em parte ao fato de outros países terem eliminado seu atraso em relação aos EUA, que foi pioneiro em educação universitária em massa. E também se deve ao fato de as crianças de famílias pobres terem maior dificuldade para concluir a faculdade.

O relatório da S&P observa que para os domicílios mais pobres, as taxas de graduação em faculdades cresceram apenas cerca de 4 pontos percentuais entre a geração nascida na década de 1960 e a que nasceu no início dos anos 1980. A taxa de formação universitária nos agregados familiares mais ricos aumentou quase 20 pontos percentuais no mesmo período. No entanto, sem um diploma universitário, as chances de ascensão social são, agora, bastante limitadas. Em consequência disso, as crianças de famílias prósperas tendem a continuar bem de vida e as crianças de famílias pobres provavelmente continuarão pobres.

Isso não é um problema apenas para aqueles cujos talentos não são bem empregados. A não elevação dos padrões educacionais provavelmente também comprometerá o êxito da economia no longo prazo. Alguns dos retornos devidos ao nível educacional podem ser apenas a recompensa para a obtenção de um bem posicional: as pessoas com melhor formação educacional se dão melhor na vida porque são vencedoras numa disputa de soma zero. Mas uma população mais bem educada também levaria todos a um nível mais elevado de prosperidade.

Os custos da crescente desigualdade para a sociedade vão ainda mais longe. A meu ver, os maiores custos são a erosão do ideal republicano de cidadania compartilhada.

Como a Suprema Corte dos EUA procura fazer a Constituição pender em benefício da vontade de plutocratas, surge um perigo para as premissas politicamente igualitárias da República. Divergências enormes em termos de riqueza e poder já provocaram um esvaziamento de repúblicas, antes, na história. Elas podem muito bem repetir o estrago em nossa época.

No entanto, mesmo para aqueles que não compartilham essas preocupações, os custos econômicos devem ser relevantes. A "estagnação secular" de demanda, à qual referiu-se Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro dos EUA, está relacionada a mudanças na distribuição de renda.

Igualmente, a transmissão do déficit educacional entre as gerações é também um crescente freio à economia. Uma economia viciada em endividamento com níveis educacionais estagnados provavelmente se dará mal no futuro. **(Tradução de Sergio Blum)**